

EXAME DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Época especial Janeiro. 2015

Duração: 3 horas

I

Nuno comprou a Olga um serviço de jantar que fora de uma tia de ambos. Combinaram que o serviço seria entregue em casa de Nuno o mais tardar até ao dia 6 de Janeiro, pois precisava dele para um jantar que daria nesse dia a um grupo de amigos. O preço seria pago no momento da entrega.

Olga decidiu ir ela própria levar o serviço, apesar de ter pouca prática de condução de automóveis. Conduzindo pela auto-estrada, atravessou-se subitamente na via um cavalo, o que a assustou justificadamente e a fez desviar-se, para não atropelar o animal. Embateu no separador central e o carro capotou, caindo na faixa de sentido oposto da auto-estrada. Nesta, seguia o carro conduzido por Rui, motorista de Salvador (que também ia no automóvel). Este último veículo seguia a mais de 200 km/hora, por imposição de Salvador e contra a vontade de Rui; sem que se tenha apurado por quê, os travões deste automóvel falharam, pelo que, somado à velocidade, apesar de ter visto o carro de Olga tombar na via ainda a alguma distância, Rui não conseguiu evitar a colisão.

- Rui ficou muito ferido;
- Salvador teve ferimentos que o deixaram paraplégico;
- O carro de Olga (que ficou miraculosamente quase ilesa) resultou completamente destruído;
- O carro de Salvador teve danos susceptíveis de reparação;
- O serviço de jantar ficou completamente destruído, o que, além de impossibilitar Nuno de dar o jantar, o fez perder tudo quanto tinha comprado para o realizar; Nuno reclama ainda indemnização pelo valor estimativo do serviço.

Cotação: 12 valores

II

A sociedade Y procurava um técnico muito qualificado na área dos recursos humanos. Depois de entrevistar vários candidatos e de os submeter a testes, centrou-se em António, alto quadro de uma outra empresa decidido a mudar, dado o aumento de ordenado que iria receber.

António foi chamado à sociedade para formalizar o contrato e, quando lá chegou, foi-lhe dito que já não era necessário, tendo vindo a saber que fora contratado um protegido do administrador executivo.

Dado ter cessado o contrato que tinha na empresa em que trabalhava e onde ganhava € 5000 líquidos por mês, António — que não vê possibilidade de obter emprego onde ganhe os € 7000 que havia acertado com a sociedade Y, pretende que esta o indemne no valor de € 7000 mensais até que encontre outro emprego em que ganhe, pelo menos, € 5000/mês.

*Quid iuris?*

1. Admita agora que o cargo para que era contratado supunha que fosse licenciado, o que António não era, por nunca ter concluído a licenciatura.

Ninguém lhe perguntou nada sobre esse ponto e António também não se lhe referiu, embora tivesse percebido que estavam convencidos de que o era, pela maneira como se lhe dirigiam.

a) Feito o contrato de trabalho, a sociedade descobre que António não é licenciado, pretende despedi-lo e ser indemnizada pelos danos que teve com a sua contratação que, além do mais, atrasaram consideravelmente a de outra pessoa de que a sociedade carecia com urgência.

b) Suponha que era a própria lei a impor a licenciatura para o cargo, sendo, portanto, o contrato nulo por impossibilidade originária.

*Quid iuris?*

Cotação: 7 valores

Nota: há 1 valor para apreciação da correcção da escrita.

Não transcreva factos dos enunciados nem preceitos legais.